

T*eoremas de F***ilosofia**

8

PORTO

Outono de 2003

CADERNO SEMESTRAL DE FILOSOFIA PORTUGUESA

Direcção: Joaquim Domingues e Pedro Sinde

JAIME CORTESÃO

E AS UNIVERSIDADES POPULARES DA RENASCENÇA PORTUGUESA

Foi Jaime Cortesão que em nome da Renascença Portuguesa, lançou as bases para a constituição da Universidade Popular do Porto e suas congéneres, instaladas noutras localidades. O seu empenho era tal que apoiaria a sua institucionalização com uma fundamentação teórica simultânea, em vários artigos publicados em *A Vida Portuguesa*, entre Novembro de 1912 e Fevereiro de 1914. Esta revista parecia funcionar, em parte, como o boletim das Universidades Populares, já que o seu conteúdo versava sobre os esforços que se iam fazendo para manter no Porto e alargar esta instituição a cidades como Vila Real de Trás-os-Montes, Coimbra ou Póvoa do Varzim.

O ressurgimento da cultura e da arte popular ganhava novos contornos com a tentativa de levar mais educação a todos aqueles que a vida tinha empurrado para o trabalho manual nas fábricas e nos campos. Estes intelectuais, imbuídos de um ideal anarquista e libertário, começaram a inspirar-se nos modelos estrangeiros que já tinham proposto tal desiderato, nomeadamente o francês.

O interesse pelo Povo, ressurgia agora num novo panorama cultural. Embora o que se pretendia ensinar nestas Universidades, nos vários planos de curso, alguns dos quais estão publicados em *A Vida Portuguesa*, não fosse, em minha opinião, de fácil assimilação a um proletário ou artesão, que nunca teve mais instrução que o normal saber ler, escrever e contar, tendo muitas dificuldades em acompanhar com atenção aulas que percorriam a ritmos vertiginosos todos os campos do saber humano.

Contudo, os intelectuais da Renascença, sonhavam com a formação de um homem novo, que como dizia Leonardo Coimbra fosse um *templo da liberdade* e indagador irrequieto da Verdade e, poeticamente, nos assentos parlamentares fazia saber que "O Povo é a terra boa, fértil e generosa, onde a árvore da vida social, vai buscar a secreta substância das suas mais altas florescências"¹.

Os tempos eram de grande turbulência e os direitos civis ainda não estavam garantidos. Os governos pareciam resultar de compromissos conspiratórios, onde os postos de comando se atribuíam de acordo com os

interesses das facções e a competência exigida para o desempenho das funções ministeriais, nem sempre prevalecia. Falava-se muito do Povo, mas as iniciativas destes movimentos culturais, sedimentavam-se sempre nas grandes cidades, e o resto do país parecia continuar esquecido na labuta diária numa agricultura de subsistência tão pouco compensadora. Também o Povo a que se dirigiam as Universidades Populares era apenas o Povo urbano, apesar de tudo, politicamente mais interessado e participativo na vida do País.

A educação liberal ganhava agora um estatuto próprio, que resultava também do forte combate de todos os sectores culturais à Igreja instituída, acusada de ser a principal responsável pelo obscurantismo e deseducação a que o povo era votado. Em Portugal, para lá de se conseguir a laicização do Estado e com ele a proibição do ensino religioso nos sistemas de ensino oficial, grassava um ódio particular perante os jesuítas e o seu ensino.

Jaime Cortesão, no seu tempo, deixa logo assente, no primeiro artigo, porque foi necessário fundar as universidades populares: a) porque a sua fundação fazia parte do conteúdo programático da Renascença Portuguesa e b) porque da França vinha o exemplo das Universidades Populares criadas com o intuito de alargar os conhecimentos do povo operário, vergado desde cedo ao peso do trabalho braçal e em consequência, afastado de poder prosseguir estudos até aos níveis mais elevados de aprendizagem. Mas Cortesão não quer que Portugal dirija este ensino apenas aos mais iletrados, uma vez que entende por Povo “todos os portugueses, a qualquer classe que pertençam, tenham estes frequentado seja que curso for e considerar esse Povo, todo o Portugal, como falho de educação”².

A ser assim, não era apenas a ideia romântica de um Povo pouco instruído poder viver mais intensamente em comunhão natural com aquilo que o rodeia, que preocupava mais este autor, já que são suas as seguintes palavras: “o Povo é completamente ignorante, o que em muitos casos ainda é o mais desejável, ou sofreu uma educação cheia de taras jesuíticas, o que equivale a dizer que perdeu ainda mesmo certas qualidades de instinto e espontaneidade”³.

Para estes intelectuais o principal interesse era que o ensino fortalecesse “o patriotismo humanitário, que ensimesmando o indivíduo nas qualidades raciais, lhe valoriza não só a individualidade para a obra patriótica como também para a obra da Humanidade, que a primeira deve implicar”⁴, e este pensamento enraíza-se fundo no sentir de uma colectividade.

Os teóricos da Renascença, no ambiente tenso da revolução, não toleravam nem aceitavam discutir as virtudes do ensino jesuítico. A intelectualidade limitava-se a acompanhar o anticlericalismo que grassava um pouco por toda a Europa e condenava sem piedade tudo aquilo que pudesse ser associado à secular estrutura religiosa. Mesmo que muitos dos críticos tivessem acedido à cultura e tivessem sido ensinados por esses métodos que agora tanto abominavam.

Estes cidadãos percebiam que se a educação para uma nova mentalidade tinha de assentar em pressupostos diferentes, não se podia esperar que o Estado, por si só, resolvesse de vez os problemas estruturais. Urgia por isso que os melhores, no sentido daqueles que estivessem mais preparados nas diferentes áreas científicas, se associassem e graciosamente ajudassem a elevar, pela ciência, arte, técnica, literatura, filosofia... todo um Povo conhecedor das suas tradições mas enterrado nos afazeres do dia a dia que lhe permitissem o sustento familiar, pudesse tomar contacto com a cultura humana que tinha ajudado a fundar a sua própria realidade.

Cortesão não se cansa de defender estas instituições que tantas dificuldades conheciam na sua implantação. Para vincar o papel que pensa estar reservado às Universidades Populares, continua a sua caminhada no sentido de estabelecer para elas um lugar próprio. Para tanto, escreve um artigo onde distingue as Universidades Livres, as Extensões Universitárias e as Universidades Populares. Aí nos diz achar que a Universidade Popular é diferente de uma Universidade Livre porque enquanto estas são Livres em relação ao Estado ou à Igreja, e as extensões universitárias são formadas dentro das próprias universidades sendo os seus professores pagos pelo Estado, as Universidades Populares não "se dedicam unicamente ao ensino superior, nem unicamente à difusão do espírito científico, pois ministrando sempre o ensino conforme as necessidades do público a que se dirigem pretendem realizar mais que isso uma obra de educação e acção social e nacional"⁵.

E a preocupação por educar uma camada do Povo o mais ampla possível, leva ainda Cortesão a concluir que em Portugal nunca houve Universidades Livres, e que elas não são precisas. Precisas são as Universidades Populares, essas sim, verdadeiros motores de desenvolvimento do Povo português, pela divulgação em todas as suas camadas de uma educação cada vez mais ampla⁶.

Cortesão, o intelectual diplomado, pensa para a realidade portuguesa uma estrutura de ensino popular semelhante à que tinha surgido em

França, pela mão de Georges Deherme, operário tipógrafo, que, sabendo da apetência dos indivíduos para opinarem sobre tudo, com pouco conhecimento de causa, e portanto justificando as suas opiniões num rol de equívocos e desinformação, queria que a informação e o conhecimento nas suas diversas facetas chegassem a todos aqueles que os procurassem, para assim, após se transformarem a si mesmos, poderem transformar aquilo que os rodeava.

Conhecedor dos documentos que edificaram as Universidades Populares em França, e conhecedor da realidade portuguesa de então, apela Cortesão para aquilo que nesses documentos fosse “útil para nós e realizável dentro das nossas forças”⁷.

A generosidade idealista de Cortesão e seus pares, não o afasta da realidade em que vive. Se por um lado sente a necessidade de difundir o conhecimento por um número cada vez maior de indivíduos, por outro, sabe que a concepção programática imbuída de muita generosidade e boa vontade, leva ao estabelecimento de um ideário fabuloso mas que na prática nenhum efeito terá.

Ao jeito da sabedoria popular, sabe que não é aconselhável dar passos maiores que as pernas, tanto mais que está convencido de que “para receber uma cultura intelectual geral, é mister possuir uma preparação igualmente geral, uma instrução primária muito sólida, capaz de excitar a curiosidade, e que a classe popular não tem”⁸. Como pedir ao operariado, que labutava de sol a sol, vergando o corpo à responsabilidade de sustentar as famílias numerosas, disponibilidade acrescida para, em horário pós-laboral, se reunir para escutar os doutos ensinamentos dos mestres que viviam do ensino e da investigação?

Tal como na experiência francesa, os operários mostravam-se pouco receptivos às lições desta instituição, tanto mais que o analfabetismo era grande e a instrução primária sólida só alguns a tinham adquirido. Em consequência, a Universidade Popular do Porto era frequentada, maioritariamente, pelas classes médias, que para Cortesão também necessitavam de mais educação “e por isso professores, estudantes, comerciantes, militares, empregados de comércio, etc., etc., se aproveitam dessas lições”⁹.

Ora parece ter havido aqui uma inversão dos objectivos próprios que estavam nos horizontes desta Universidade. O Povo humilde recusava adquirir a cultura que gratuitamente lhe ofereciam. Então que se aumentasse o saber daqueles que apesar de tudo já possuíam alguns rudimentos culturais, ou já tinham tido a oportunidade de aprender alguma coisa. E,

entre o desejável e o possível, Cortesão ficava satisfeito de saber que o público da sua Universidade começava agora “a adquirir o espírito de tolerância pelas opiniões alheias, que tão necessário e próprio é nas criaturas, que sinceramente procuram a verdade”¹⁰.

De certo modo falhada a primeira preocupação de educar os mais “mal educados”, por desinteresse destes, os homens das Universidades Populares viraram os seus ensinamentos para os que as frequentavam, provenientes das classes mais abastadas e mais instruídas. Assim, o trabalho destes intelectuais servia apenas para consolidar e reciclar conhecimentos. Em vez de serem pólos educativos, eram uma espécie de formação em serviço, onde as aulas por serem leccionadas a turmas pequenas permitiam aos alunos “uma lição conversada, em que o professor vai guiando para a conquista da verdade as curiosidades que livremente inquirem, num desejo, numa ânsia fora de todas as peias”¹¹.

Como fica bem demonstrado por Cortesão, os interesses educativos das Universidades Populares eram os mesmos que os da Renascença Portuguesa¹². Veja-se por exemplo o programa das aulas que Leonardo Coimbra se propôs leccionar, para perceber a demasiada elaboração científica das mesmas, tendo em consideração o público a que se dirigiam, o operariado quase analfabeto¹³.

Fortalecer o espírito lusitano era para estes homens tarefa indissociável da aquisição do conhecimento que a humanidade vem consagrando ao longo dos tempos. Tanto mais que somos indivíduos lusos, e por isso ecuménicos e universalistas, ainda que o ecumenismo não seja uma preocupação destes homens na altura tão encarniçados com o legado judaico-cristão e a herança jesuítica na educação dos povos, mas preocupados em ensinar a história das religiões, com o objectivo de fortalecer a moralidade dos homens.

Entre aquelas que foram as virtudes do seu ideário não posso deixar de referir a preocupação manifesta por um ensino estético, que a tradição quer antes quer depois tanto tem desprezado, ou desconsiderado. Pela estética e história da arte queria Cortesão “realizar uma obra que entre nós tem sido assaz desprezada: educar o poder da emoção em frente de todas as manifestações do Belo, enriquecendo assim a personalidade com a largueza de âmbito e uma simpatia e vibratibilidade que são das mais altas e gozosas virtudes que o homem pode possuir”¹⁴.

Tendo sido de certo modo frustrados os objectivos iniciais desta associação preferencialmente dirigida a um público, mas frequentada por

outro, parecem ter causado algum impacto negativo as palavras menos elogiosas de Cortesão sobre o absentismo dos operários nas sessões da Universidade Popular, que pareciam estar mais interessados em saber como mudar para melhor as suas difíceis condições de vida do que deixarem de dormir ou de estar com a família para irem ouvir lições meramente teóricas. E a ilustrar o facto é que os operários apenas se interessaram durante um ano por uma lição sobre a comuna de Paris. Saber mais não era um meio para viver melhor, pois a questão para eles mais premente era a económica¹⁵. E a este movimento custa-lhe saber que o operariado “não se tenha ainda convencido da extraordinária importância que a educação haja para a solução da questão económica, como para o seu progresso e valorização definitiva nas lutas do futuro”¹⁶.

É certo que os homens mais cultos também são Povo, mas são um Povo mais instruído. E era este o público que vinha aderindo às Universidades Populares como se mostra na abertura da UP de Vila Real, embora se insistisse na idéia de que esta Universidade que buscava criar o homem livre se propunha “dar ao Povo a consciência do espírito Português, a fim de lhe polarizar as energias no sentido de realizar um alto ideal colectivo, juntamente patriótico e humanitário”¹⁷. Se um distrito, apesar de tudo, mais cosmopolita, como o do Porto, viu a UP deserta de elementos da classe operária, imaginamos o que se teria passado em Vila Real, cidade de interior que vivia mais virada para a agricultura, onde os corpos dos trabalhadores regressavam suados e vergados ao cansaço do trabalho que frequentemente se estendia pela noite dentro. Não me parece, por isso, de todo correcta a observação de Cortesão ao considerar que “Se é lícito atribuir à fadiga causada por um excesso de trabalho o abandono a que os operários votam a sua educação, motivo tantas vezes por eles invocado, podemos e devemos afirmá-lo, com a certeza de estarmos na verdade, que esse abandono é principalmente causado pelos defeitos ou carência de educação”¹⁸.

E os defeitos educativos encontravam-nos estes intelectuais logo na instrução primária “que, salvo raríssimas excepções, é atrasada, rudimentar, precária e ineducativa”¹⁹. Era este o ambiente vivido no seio das Universidades Populares. Querendo contribuir para o fortalecimento do sentido pátrio, estes homens julgavam ser necessário um investimento maior na causa educativa.

Cortesão acaba esta série de artigos sobre as UP, continuando a assumir-se como porta-voz da Renascença para esta causa, reconhecendo o atraso do nosso País face aos de mais e criticando o pouco apreço que os

portugueses nutrem pela sua Nação e pelo seu património, chegando a afirmar que a cultura portuguesa é mais apreciada e estudada nos países estrangeiros do que pelos portugueses. Para obviar a tamanhas carências diz que o seu movimento não deixará “de pugnar pelo ensino da história e da história da literatura, como meio educativo nacionalizante, absolutamente indispensável nas nossas Universidades Populares”²⁰.

Mas a discussão acerca do papel da Universidade Popular, continuará. Lembremos a posição de um outro homem da Renascença associado a estas Universidades, José Teixeira Rego, que se pronuncia sobre o estatuto e o papel destas em artigos provenientes de uma palestra e inseridos na mesma revista no ano de 1914. Por um lado, critica a posição que defende ou equipara a Universidade Popular a um liceu, perfilhando a ideia de que realmente os alunos a que se destina não têm conhecimentos para cursar medicina, direito, etc. Por outro lado, também não alinha com os que defendem a inclusão do ensino técnico no seio das mesmas, pois elas não foram pensadas como escolas profissionais. E finalmente critica aqueles que defendem um papel estritamente universitário para estas Universidades²¹.

Propõe, então, em defesa da ideia da Universidade Popular acarinhada pela Renascença, que esta enverede por “um ensino misto – secundário por cursos regulares, semelhantes aos dos liceus, e superior por meio de conferências mais ou menos acessíveis, mais ou menos frequentes, sobre os mais altos ramos do saber humano”²². E esta seria a melhor solução, pois Teixeira Rego acredita que “o português não é, em geral, um homem de acção, mas um contemplativo, um homem de pensamento. E os estudos regulares com boa disciplina e boa aplicação, só podem ser seguidos por homens de acção”²³.

Este programa deveria preferencialmente ser dirigido a todos os que não tendo tido sucesso nos estudos, os abandonaram precocemente mas não perderam a vontade de se instruir. Por isso propõe como metodologia que o curso “seja breve e pouco trabalhoso, atendendo à idade dos alunos... e a possibilidade de outras ocupações dos estudantes”²⁴. A restante metodologia, ao preocupar-se com os vários ramos do conhecimento, tem de atender ao facto de ensinar as disciplinas propedêuticas do saber, como sejam a matemática para as ciências e o grego para as letras.

Palavras finais

Hoje em dia, estas questões, em tempo de escolaridade obrigatória de nove anos e com universidades oficiais espalhadas um pouco por todo

o País, talvez possam parecer estranhas. Há de facto mais informação, mas é controlada por um grupo restrito de indivíduos. O saber só interessa no sentido em que proporciona um melhor nível de vida. A participação cada vez tem mais porta-vozes esclarecidos e uma imensa multidão que apenas é arrastada para as causas para fazer parte da informe moldura humana que agita as bandeiras. O que quer dizer que embora estejam reunidas, mesmo em Portugal, as condições para a assunção plena dos ideais iluministas, “a saída do homem da sua menoridade pelo exercício do pensamento”, nas palavras de Kant, o comodismo e a vida fácil, parece que adormeceram o pensamento crítico, e este vai permanecendo letárgico numa consciência colectiva cada vez mais banalizada pela facilidade informativa e imediatista dos *mass media*, quase sempre mal esclarecidos e servidos por profissionais pouco escrupulosos que, para vender publicidade e enriquecer as suas empresas, não olham a meios para alcançar os fins.

Os ganhos na educação dos indivíduos que o decorrer do século passado garantiu, não têm resolvido os problemas culturais da maioria dos povos. Há mais indivíduos a saber ler, escrever e contar, bem como um maior número de alunos no ensino superior, mas quererá isto dizer que alcançaram um nível de intelectualidade razoável e que o sentimento de pertença a uma cultura e civilização se têm fortalecido? Ao aumento da frequência universitária corresponde uma fragmentação do saber que vai arrastando os homens para ilhas de conhecimento cada vez mais restritas. Por outro lado, o mercado económico tem evoluído até uma concentração exagerada dos meios de comunicação social, que são hoje os fazedores de opinião, mas de uma opinião rápida e pronta a servir, logo imprecisa e incorrecta.

Talvez por isso se imponha nos nossos dias uma espécie de Universidades Populares para pensarem o diferente, restituindo a cada indivíduo a responsabilidade única de se pensar consciente, livre e autónomo no todo da sua existência, em íntima comunhão com os outros e com a natureza, para que, compreendendo o individual, o saiba reintegrar, caso a caso, no Todo que o originou.

Artur Manso

¹ Coimbra, Leonardo, “A questão Universitária”, in *Obras de Leonardo Coimbra*, vol. I, selecção, coordenação e revisão de Sant’anna Dionísio, Porto, Lello & Irmão, 1983, p. 626. Sobre as U.P. podem ler-se ainda os seguintes trabalhos:

Fernandes, Rogério, Cortesão e a Universidade Popular do Porto, in *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, vol. 1, nº 1-2, Lisboa, 1986, pp. 31-52. Neves, Marlene Oraide, Paradigmas da educação de adultos: o caso das Universidades Populares da Iª República, in *Prof. Dr. José Ribeiro Dias – Homenagem*, Braga, UM-IEP, 2000, pp. 477-492. Pita, António Pedro, O Poder de Saber - Competência e Cultura nas Universidades republicanas de Educação Popular, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 1989, pp. 249-273.

² Cortesão, Jaime, As Universidades Populares - sua missão e necessidade em Portugal, in *A Vida Portuguesa*, n.º 3, Porto, 1912a, p. 19.

³ *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Idem*, Universidades Livres, Extensões Universitárias, Universidades Populares, in *A Vida Portuguesa*, n.º 4, Porto, 1912b, p. 26.

⁶ Cf. *Ibidem*.

⁷ *Idem*, Universidades Populares - como as Universidades Populares começaram em França, in *A Vida Portuguesa*, n.º 5, Porto, 1912c, p. 34.

⁸ *Idem*, As Universidades Populares - a Universidade Popular do Porto, in *A Vida Portuguesa*, n.º 6, Porto, 1913a, p. 41.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*, p. 42.

¹¹ *Idem*, As Universidades Populares - As classes médias e a nossa Universidade popular do Porto, in *A Vida Portuguesa*, n.º 8, Porto, 1913b, p. 58.

¹² Cf. *Idem*, As Universidades Populares - A Universidade popular do Porto e a Renascença Portuguesa, in *A Vida Portuguesa*, n.º 10, Porto, 1913c.

¹³ Cf. Coimbra, Leonardo, A Universidade Popular do Porto, in *Dispersos II. Filosofia e Ciência*, Lisboa/S. Paulo, Verbo, 1987.

¹⁴ Cortesão, Jaime, *Ibidem*, in *A Vida Portuguesa*, n.º 10, Porto, 1913c, p. 74.

¹⁵ Cf. *Ibidem*, A Universidade Popular e o operariado, in *A Vida Portuguesa*, n.º 19, Porto, 1913d.

¹⁶ *Idem*, As Universidades Populares - A Universidade popular do Porto e a Renascença Portuguesa, in *A Vida Portuguesa*, n.º 10, 1913c, p. 145.

¹⁷ *Idem*, Universidades Populares - A Universidade popular do Porto e o problema da instrução primária, in *A Vida Portuguesa*, n.º 21, Porto, 1914a, p. 1.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Idem*, Universidades Populares - Nacionalismo e cosmopolitismo, in *A Vida Portuguesa*, n.º 22, Porto, 1914b, p. 9.

²¹ Cf. Rego, Teixeira, Universidades Populares, in *A Vida Portuguesa*, n.º 28, Porto, 1914a, pp. 61-62.

²² *Ibidem*, p. 62.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Idem*, Universidades Populares III, in *A Vida Portuguesa*, n.º 30, Porto, 1914b, p. 73.